Índice

Dados da Empresa	
Composição do Capital	1
DFs Individuais	
Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	
DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	
Demonstração do Valor Adicionado	9
DFs Consolidadas	
Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa	14
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	15
DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	16
Demonstração do Valor Adicionado	17
Comentário do Desempenho	18
Notas Explicativas	22
Pareceres e Declarações	
Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	44
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	46
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	47

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2015	
Do Capital Integralizado		
Ordinárias	710.010	
Preferenciais	0	
Total	710.010	
Em Tesouraria		
Ordinárias	0	
Preferenciais	0	
Total	0	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	25.846	22.069
1.01	Ativo Circulante	12.569	9.139
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1	1
1.01.06	Tributos a Recuperar	4	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	12.564	9.138
1.01.08.03	Outros	12.564	9.138
1.01.08.03.02	2 Creditos de partes relacionadas a receber	12.564	9.138
1.02	Ativo Não Circulante	13.277	12.930
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	13.277	12.930
1.02.01.03	Contas a Receber	8	7
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	13.269	12.923
1.02.01.08.04	4 Créditos com Outras Partes Relacionadas	13.269	12.923

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	25.846	22.069
2.01	Passivo Circulante	652	644
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	174	174
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	174	174
2.01.01.02.01	Salários a Pagar e Provisões	174	174
2.01.02	Fornecedores	278	276
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	278	276
2.01.03	Obrigações Fiscais	200	194
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	200	194
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	200	194
2.02	Passivo Não Circulante	271.512	264.098
2.02.02	Outras Obrigações	19.396	15.412
2.02.02.02	Outros	19.396	15.412
2.02.02.02.03	Impostos, Taxas e Contribuições	394	454
2.02.02.02.04	Partes Relacionaidas	19.002	14.958
2.02.04	Provisões	252.116	248.686
2.02.04.02	Outras Provisões	252.116	248.686
2.02.04.02.04	Provisão para Perda de Investimentos	252.116	248.686
2.03	Patrimônio Líquido	-246.318	-242.673
2.03.01	Capital Social Realizado	120.108	120.108
2.03.03	Reservas de Reavaliação	3.666	3.666
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-412.172	-410.206
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	44.072	45.751
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.992	-1.992

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.201	-3.583	-4.203	-19.853
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-74	-236	-132	-281
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1	1	24	66
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-125	-125	-3	-22
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.003	-3.223	-4.092	-19.616
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-2.201	-3.583	-4.203	-19.853
3.06	Resultado Financeiro	119	150	135	400
3.06.01	Receitas Financeiras	133	177	620	1.320
3.06.02	Despesas Financeiras	-14	-27	-485	-920
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-2.082	-3.433	-4.068	-19.453
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-5	0	0
3.08.01	Corrente	0	-5	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-2.082	-3.438	-4.068	-19.453
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-2.082	-3.438	-4.068	-19.453
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,00293	-0,00484	-0,00573	-0,02740
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,00293	-0,00484	-0,00573	-0,02740

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	-2.082	-3.438	-4.068	-19.453
4.03	Resultado Abrangente do Período	-2.082	-3.438	-4.068	-19.453

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-272	-91
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-215	163
6.01.01.01	Resultado Liquido do Exercício	-3.438	-19.453
6.01.01.02	Resultado de Equivalencia Patrimonial	3.223	19.616
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-57	-254
6.01.02.01	Outras Contas a Receber	-1	0
6.01.02.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-58	-164
6.01.02.03	Salarios a Pagar e Provisões	0	-109
6.01.02.04	Outras Contas a Pagar	2	19
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	272	91
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1	1
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1	1

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	49.417	-410.206	-1.992	-242.673
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	49.417	-410.206	-1.992	-242.673
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.441	0	-3.441
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-3.441	0	-3.441
5.05.02.06	Prejuízo Líquido do Período	0	0	0	-3.441	0	-3.441
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-1.679	1.475	0	-204
5.06.04	Reversão de mais valia reflexa sobre Propriedades para investimento de controlada	0	0	0	-204	0	-204
5.06.05	Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	-1.679	1.679	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	47.738	-412.172	-1.992	-246.318

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	42.945	-409.977	-1.992	-248.916
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	42.945	-409.977	-1.992	-248.916
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-19.453	0	-19.453
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-19.453	0	-19.453
5.05.02.06	Prejuízo Líquido do Período	0	0	0	-19.453	0	-19.453
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-933	933	0	0
5.06.04	Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	-933	933	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	42.012	-428.497	-1.992	-268.369

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
7.01	Receitas	01/01/2015 à 30/06/2015	01/01/2014 à 30/06/2014 7
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	7
7.01.04	• •	-299	-184
-	Insumos Adquiridos de Terceiros		_
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-299	-184
7.03	Valor Adicionado Bruto	-299	-177
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-299	-177
7.06	VIr Adicionado Recebido em Transferência	473	-18.236
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-3.223	-19.616
7.06.02	Receitas Financeiras	3.694	1.320
7.06.03	Outros	2	60
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	174	-18.413
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	174	-18.413
7.08.01	Pessoal	59	93
7.08.01.04	Outros	59	93
7.08.01.04.01	Honorarios de Diretoria	59	93
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	17	20
7.08.02.01	Federais	17	19
7.08.02.02	Estaduais	0	1
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.536	927
7.08.03.01	Juros	3.528	920
7.08.03.03	Outras	8	7
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-3.438	-19.453
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-3.438	-19.453

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	218.106	202.797
1.01	Ativo Circulante	41.643	31.303
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	260	278
1.01.03	Contas a Receber	30.256	21.565
1.01.03.01	Clientes	27.429	18.695
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.827	2.870
1.01.04	Estoques	5.913	4.313
1.01.04.01	Estoques	5.058	3.815
1.01.04.02	Adiantamento a Fornecedores	855	498
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.214	5.147
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.214	5.147
1.02	Ativo Não Circulante	176.463	171.494
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	53.672	49.853
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	13.132	12.764
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	13.132	12.764
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	40.540	37.089
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	34.432	33.657
1.02.01.09.04	Depositos Judiciais	4.083	3.336
1.02.01.09.05	Outras Contas a Receber	2.025	96
1.02.02	Investimentos	16.751	17.164
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	16.751	17.164
1.02.03	Imobilizado	105.723	104.278
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	105.723	104.278
1.02.04	Intangível	317	199
1.02.04.01	Intangíveis	317	199

PÁGINA: 10 de 47

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil) Código da Descrição da Conta

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	218.106	202.797
2.01	Passivo Circulante	351.507	326.657
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.296	8.941
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	11.296	8.941
2.01.02	Fornecedores	8.767	6.048
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	8.767	6.048
2.01.02.01.01	Fornecedores	8.767	6.048
2.01.03	Obrigações Fiscais	307.047	294.411
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	12.467	6.160
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	12.467	6.160
2.01.05	Outras Obrigações	11.930	11.097
2.01.05.02	Outros	11.930	11.097
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	4.166	4.012
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	5.472	6.042
2.01.05.02.08	Faturamento Antecipado	2.261	1.011
2.01.05.02.10	Cheques a Compensar	31	32
2.02	Passivo Não Circulante	113.171	119.064
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.672	9.772
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.672	9.772
2.02.02	Outras Obrigações	70.774	69.623
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	40.487	38.009
2.02.02.02	Outros	30.287	31.614
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições	29.244	30.114
2.02.02.02.06	Outras Contas a Pagar	1.043	1.500
2.02.03	Tributos Diferidos	17.865	18.809
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17.865	18.809
2.02.04	Provisões	20.860	20.860
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	20.860	20.860
2.02.04.01.05	Provisões para Contingencias	20.860	20.860
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-246.572	-242.924
2.03.01	Capital Social Realizado	120.108	120.108
2.03.03	Reservas de Reavaliação	3.666	3.666
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-412.172	-410.206
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	44.072	45.751
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.992	-1.992
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-254	-251

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	49.747	97.282	44.104	91.394
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-39.049	-75.182	-36.060	-74.839
3.03	Resultado Bruto	10.698	22.100	8.044	16.555
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.147	-10.807	-3.330	-9.538
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.067	-4.257	-2.200	-5.362
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.918	-3.646	-1.878	-3.707
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.104	2.875	3.252	4.600
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.266	-5.779	-2.504	-5.069
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	5.551	11.293	4.714	7.017
3.06	Resultado Financeiro	-7.635	-14.687	-8.786	-26.490
3.06.01	Receitas Financeiras	420	1.411	859	1.870
3.06.02	Despesas Financeiras	-8.055	-16.098	-9.645	-28.360
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-2.084	-3.394	-4.072	-19.473
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-47	0	0
3.08.01	Corrente	0	-47	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-2.084	-3.441	-4.072	-19.473
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-2.084	-3.441	-4.072	-19.473
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-2.082	-3.438	-4.068	-19.453
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-2	-3	-4	-20
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,00293	-0,00484	-0,00573	-0,02740
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,00293	-0,00484	-0,00573	-0,02740

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-2.084	-3.441	-4.072	-19.473
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-2.084	-3.441	-4.072	-19.473
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-2.082	-3.438	-4.068	-19.453
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-2	-3	-4	-20

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	5.685	9.642
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	11.915	-2.107
6.01.01.01	Resultado Liquido do Exercício	-3.438	-19.453
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	3.727	3.591
6.01.01.03	Provisão (Reversão) para Risco de Crédito	86	300
6.01.01.04	Encargos Financeiros s/ Empréstimos	1.579	1.123
6.01.01.05	Outros Resultados Abrangentes	0	13.329
6.01.01.06	Participações de Minoritários	-3	-20
6.01.01.07	Custo Baixa Bens Ativo Imobilizado	1.356	171
6.01.01.08	Variação de Provisão para Contingências	0	959
6.01.01.09	Variação de Tributos Diferidos	-1.001	0
6.01.01.10	Variação de Passivos Tributários	9.609	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-6.230	11.749
6.01.02.01	Variação Clientes	-8.820	1.995
6.01.02.02	Variação Estoques	-1.243	3.531
6.01.02.03	Variação Adiantamento a Fornecedores	-357	3.174
6.01.02.04	Variação Impostos a Recuperar	-842	-14.252
6.01.02.05	Variação Outras Contas a Receber	-1.886	-161
6.01.02.06	Variação Depósitos Judiciais	-747	-497
6.01.02.07	Variação Fornecedores	2.719	-6.192
6.01.02.09	Variação de Faturamento Antecipado	1.250	-647
6.01.02.10	Variação de Impostos, taxas e Contribuições	2.214	26.784
6.01.02.11	Variação de Salários a Pagar e Provisões	2.355	149
6.01.02.12	Variação de Adiantamento de Clientes	154	-821
6.01.02.14	Variação de Outras Contas a Pagar	-1.027	-1.314
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-6.442	-1.974
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado/Intangível	-6.442	-1.974
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	739	-7.831
6.03.01	Variação de Empréstimos e Financiamentos	-1.372	-3.632
6.03.03	Variação em Partes Relacionaas	2.111	-1.913
6.03.04	Titulos Descontados	0	-1.416
6.03.07	Variação Cheques a Compensar	0	-870
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-18	-163
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	278	477
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	260	314

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	49.417	-410.206	-1.992	-242.673	-251	-242.924
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	49.417	-410.206	-1.992	-242.673	-251	-242.924
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.441	0	-3.441	-3	-3.444
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-3.441	0	-3.441	-3	-3.444
5.05.02.06	Prejuízo Líquido do Período	0	0	0	-3.441	0	-3.441	-3	-3.444
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-1.679	1.475	0	-204	0	-204
5.06.04	Reversão de mais valia reflexa sobre Propriedades para investimento de controlada	0	0	0	-204	0	-204	0	-204
5.06.05	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	0	0	-1.679	1.679	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	47.738	-412.172	-1.992	-246.318	-254	-246.572

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	42.945	-409.977	-1.992	-248.916	-257	-249.173
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	42.945	-409.977	-1.992	-248.916	-257	-249.173
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-19.453	0	-19.453	-20	-19.473
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-19.453	0	-19.453	-20	-19.473
5.05.02.06	Prejuízo Líquido do Período	0	0	0	-19.453	0	-19.453	-20	-19.473
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-933	933	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	-933	933	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	42.012	-428.497	-1.992	-268.369	-277	-268.646

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

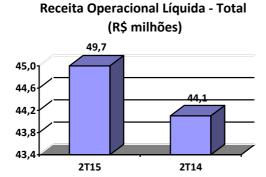
Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
7.01	Receitas	105.030	99.032
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	102.782	96.165
7.01.02	Outras Receitas	2.334	3.167
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-86	-300
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-45.407	-49.017
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-22.238	-29.482
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-23.169	-19.535
7.03	Valor Adicionado Bruto	59.623	50.015
7.04	Retenções	-3.515	-3.560
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.515	-3.560
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	56.108	46.455
7.06	VIr Adicionado Recebido em Transferência	7.361	4.549
7.06.02	Receitas Financeiras	4.738	3.116
7.06.03	Outros	2.623	1.433
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	63.469	51.004
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	63.469	51.004
7.08.01	Pessoal	35.859	32.789
7.08.01.01	Remuneração Direta	28.314	25.822
7.08.01.02	Benefícios	5.421	4.731
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.124	2.236
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	9.093	7.710
7.08.02.01	Federais	4.102	5.860
7.08.02.02	Estaduais	4.991	1.850
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	21.958	29.978
7.08.03.01	Juros	21.489	29.607
7.08.03.03	Outras	469	371
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-3.441	-19.473
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-3.438	-19.453
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-3	-20



COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA CONSOLIDADA

A Companhia, através de sua Controlada Indireta Companhia Minuano de Alimentos, obteve receita líquida de R\$ 49,7 milhões no 2T2015 e de R\$ 44,1 milhões no 2T2014. O aumento da Receita Operacional Líquida Consolidada está relacionado ao incremento da prestação de serviços para terceiros, bem como melhora dos preços praticados na venda de industrializados marca própria Minuano.



VOLUMES PRODUZIDOS:

Produção Própria e para Terceiros	Mercado Interno		Mercado Externo		TOTAL	
	2T2015	2T2014	2T2015	2T2014	2T2015	2T2014
Produção Própria						
Industrializados de Carnes (ton)	1.529	1.387	2.266	2.580	3.795	3.967
Carne de Aves (ton)		7	910	1.146	910	1.153
CMS e Farinhas (ton)	3.480	3.838	416	260	3.896	4.098
Produção para Terceiros						
Aves abatidas (cabeças-mil)	14.201	12.424			14.201	12.424
Produção Rações (ton)	51.340	52.889			51.340	52.889
Produção Pintos (mil)	14.767	14.450			14.767	14.450

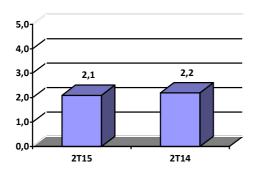
PÁGINA: 18 de 47



DESPESAS DE VENDAS E ADMINISTRATIVAS CONSOLIDADAS

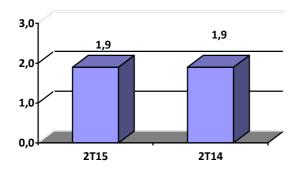
No 2T2015 as despesas com vendas mantiveram-se nos mesmos patamares em comparação ao mesmo período de 2014, sendo de R\$ 2,2 milhões em 2014 e de R\$ 2,1 milhões em 2015, equivalentes a 5,0% e 4,2% respectivamente da receita operacional líquida. Esta melhora de 0,8 p.p. das despesas em relação a receita operacional líquida deve-se ao fato do aumento dos preços praticados nas vendas de industrializados, marca própria Minuano, bem como um efetivo monitoramento dos gastos da Companhia e de suas controladas.

Despesas de Vendas (R\$ milhões)



As despesas gerais e administrativas mantiveram-se estáveis no 2T2015 em relação ao mesmo período de 2014, sendo R\$ 1,9 milhões tanto em 2014 quanto em 2015, equivalentes a 4,3% e 3,9% respectivamente da receita operacional líquida. A manutenção dos valores, se comparados as despesas realizadas no mesmo período do ano anterior, estão relacionados a consolidação do constante monitoramento de gastos e otimização da estrutura administrativa da Companhia e de sua Controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

Despesas Administrativas (R\$ milhões)

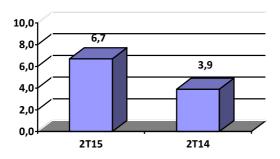




LUCRO BRUTO (-) DESPESAS DE VENDAS E ADMINISTRATIVAS

O resultado operacional do trimestre, representado pelo Lucro Bruto deduzido das despesas de vendas e administrativas consolidadas da Minupar totalizou R\$ 6,7 milhões no 2T2015, equivalente a 13,5% da receita operacional líquida. No mesmo período de 2014, alcançou R\$ 3,9 milhões ou 8,9% da receita operacional líquida.

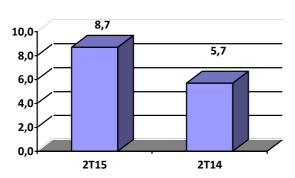
Lucro Bruto (-) despesas comerciais e administrativas (R\$ milhões)



EBITDA

O EBITDA consolidado da Minupar no 2T2015 foi de R\$ 8,7 milhões ou 17,5% da receita líquida e R\$ 5,7 milhões ou 12,9% da receita líquida no mesmo período de 2014, melhora de 4,5p.p. comparativos. Esta melhora é resultado do aumento da receita com operações de terceiros e com a venda de industrializados, bem como constante monitoramento e otimização das despesas da Companhia e de suas controladas.

EBITDA (R\$ milhões)





Relacionamento com os Auditores Externos

No decorrer do segundo trimestre de 2015, nossos Auditores Independentes não tiveram nenhum outro contrato de serviços com esta Companhia e suas Controladas.

Agradecimentos

Manifestamos nossos agradecimentos pelo apoio e confiança recebidos de nossos acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras e a dedicação de nosso quadro de colaboradores.

Lajeado (RS), 31 de julho de 2015.

A Administração.



MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DO TRIMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2015 (em milhares de reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Minupar Participações S/A. "Companhia" tem por objeto principal a participação no capital de outras sociedades.

As controladas diretas Sulaves S/A. e Valepar S/A. também possuem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, tendo como controlada direta a Companhia Minuano de Alimentos (Minuano).

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigoríficas, produção de produtos industrializados à base de carnes, também atuando na prestação de serviços para terceiros nas linhas de abate, desossa e industrialização de carnes de aves. A comercialização dos produtos com a marca "Minu" ocorre principalmente nos Estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados na Europa, Ásia, África e América Central.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis trimestrais Individuais e Consolidadas do período de 30 de junho de 2015 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração autorizou, em 31 de julho de 2015, a divulgação das demonstrações contábeis referentes ao segundo trimestre de 2015.

NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Declaração de Conformidade

3.1.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).



3.1.2 Demonstrações Contábeis Individuais

As Demonstrações Contábeis individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade, exceto com relação a avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, e conforme as IFRS seria custo ou valor justo. As demonstrações contábeis da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

3.2 Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Minupar Participações S/A, e suas controladas diretas Sulaves S/A e Valepar S/A e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos. Os saldos de ativos e passivos e os valores das transações comerciais, entre as empresas consolidadas, foram eliminados no processo de consolidação.

3.2.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas

A Companhia efetua a consolidação de suas demonstrações contábeis de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Não há diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, desta forma a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

3.2.2 Demonstrações Contábeis Individuais

No balanço patrimonial individual, as participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

3.3 Estimativas Contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para devedores duvidosos, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.



3.4 Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Contábeis

A administração da Companhia e de suas controladas definiu que sua moeda funcional é o <u>Real.</u> Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

3.6 Clientes

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. No período os saldos das Contas a Receber de Clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

3.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.8 Impostos a Recuperar

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

3.9 Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.10 Investimentos

3.10.1 Participações Societárias

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo.

3.10.2 Propriedades para Investimento

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e obras cíveis para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. Os bens classificados como propriedade para investimento estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,50% a.a. a 8,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os



métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As receitas de aluguel, geradas pela propriedade para investimento, são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Os resultados positivos ou negativos na venda de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

3.11 Imobilizado

De acordo com a Deliberação CVM nº 583/09, a Companhia e suas controladas, estabeleceram adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A Companhia e as suas controladas deverão efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente.

3.12 Intangível

Os valores relativos a marcas e patentes e softwares foram classificados como ativos intangíveis, conforme Deliberação CVM nº 644/10.

3.13 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.14 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15 Estimativas dos Ativos e Passivos Contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a Administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procederam à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de ativos e passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

3.16 Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos

Quando aplicável, os ativos de longo prazo e os passivos não circulantes são ajustados ao seu valor presente e os circulantes, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em



consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com a Deliberação CVM nº 564/08.

3.17 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação. Em 2014, conforme determina a Deliberação CVM nº 599/09, a controlada Indireta reverteu os valores referentes a tributos diferidos, visto que a administração da controlada julga que não haverá lucros tributáveis futuros em prazo inferior a cinco anos contra os quais os créditos fiscais pudessem ser utilizados. Outrossim, tais créditos fiscais permanecem controlados na Parte "B" dos Livros Fiscais sendo que os mesmos não possuem prazo prescricional.

3.18 Reconhecimento das Receitas de Vendas e de Serviços - Consolidado

A receita é reconhecida:

- (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

Apresentamos a reconciliação da Receita Bruta para com a Receita Líquida consolidada:

	30/06/2015			30/06/2014		
	Mercado Interno	Exportação	Total	Mercado Interno	Exportação	Total
Receita bruta de produtos e serviços	80.787	23.418	104.205	74.285	23.233	97.518
(-) Impostos	(5.499)	-	(5.499)	(4.775)	-	(4.775)
(-) Devoluções	(678)	(746)	(1.424)	(473)	(876)	(1.349)
Receita líquida de produtos e serviços	74.610	22.672	97.282	69.037	22.357	91.394

3.19 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.20 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela Administração são: (a) os créditos de liquidação duvidosa, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; (b) vida útil, "*Impairment*" e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

3.21 Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das



demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas na Deliberação CVM nº 557/08 da Comissão de Valores Mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Contro	ladora	Consolidado		
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	
Caixa	-	-	5	4	
Bancos - conta corrente	1	1	255	274	
Total	1	1	260	278	

NOTA 05 - CLIENTES - CONSOLIDADO

	30/06/2015	31/12/2014
Mercado interno	20.660	15.244
Mercado externo	7.349	3.973
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(580)	(522)
Subtotal	27.429	18.695
(-) Faturamentos antecipados	(2.261)	(1.011)
(-) Adiantamentos de clientes	(4.166)	(4.012)
Clientes a receber, líquido	21.002	13.672

A Companhia e suas controladas têm como procedimento analisar seus títulos vencidos mensalmente, adotando critérios de provisionamento compatíveis com as práticas contábeis e em consonância com as regras fiscais. Os saldos de faturamento antecipado foram reclassificados para o passivo circulante em atendimento às normas internacionais de contabilidade.

NOTA 06 - ESTOQUES - CONSOLIDADO

	30/06/2015	31/12/2014
Produtos prontos	808	347
Produtos em elaboração	15	14
Matérias Primas	811	952
Materiais de embalagem	1.058	653
Materiais de manutenção	1.337	1.221
Subtotal	4.029	3.187
Custo de entrega - CPC 30 - Receitas	1.029	628
Total	5.058	3.815



A Companhia e suas controladas, continuamente realizam análise de rotatividade dos bens que integram os seus estoques, através da qual constatou não ser necessária a constituição de provisão para perdas por obsolescência.

Através da adoção da Deliberação CVM nº 597/09, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos postergou o reconhecimento de receitas para o momento em que os requisitos da referida deliberação sejam atendidos. Em consequência disto, fora reconhecido em estoque nos períodos acima encerrados o custo vinculado a estas receitas, os quais serão reconhecidos no resultado na proporção do reconhecimento das respectivas receitas.

NOTA 07 - IMPOSTOS A RECUPERAR - CONSOLIDADO

Circulante	30/06/2015	31/12/2014
IRPJ a recuperar	721	656
CSLL a recuperar	262	237
PIS e COFINS a recuperar	467	302
ICMS a recuperar	3.469	3.844
ICMS a recuperar - Imobilizado	93	108
Crédito de Exportação (Reintegra)	202	-
Total	5.214	5.147

Não Circulante	Ref.	30/06/2015	31/12/2014
Crédito Prêmio IPI s/ Exportações	a)	34.369	33.617
ICMS a Recuperar - Imobilizado		63	40
Total		34.432	33.657

a) Crédito Prêmio IPI - Controlada Indireta

Refere-se ao crédito sobre exportações resultante dos registros das competências, outubro de 1982 a outubro de 1990, deduzido das compensações formalizadas até 31 de dezembro de 2011, conforme mencionado na Nota Explicativa n° 17.

NOTA 08 - INVESTIMENTOS

a) Participações Societárias - Individual

Em 30/06/2015 a Companhia é controladora direta das seguintes Empresas:

Descrição	Valepar S/A	Sulaves S/A	Total
% participação direta	99,99%	99,99%	
Saldo do investimento em 31/12/2014	-	-	-
- Reversão Provisão para Perdas	(182.613)	(66.073)	(248.686)
+/- Equivalência Patrimonial	(2.293)	(930)	(3.223)
+ Partic. Reflexa em Avaliação de Prop. p/Investimento de Controlada	(1.235)	1.028	(207)
+ Provisão para Perdas	(186.141)	(65.975)	(252.116)
Saldo do investimento em 30/06/2015	-	-	-



b) Propriedades para investimento - Consolidado

Grupos		31/12/2014		
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	6.640	-	6.640	6.640
Prédios	17.030	(6.919)	10.111	10.524
Total	23.670	(6.919)	16.751	17.164

A movimentação das propriedades para investimento está demonstrada na nota explicativa do imobilizado e intangível.

NOTA 09 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de imobilizado e intangível:

	Taxa		31/12/2014		
	Depreciação %				
Grupos	a.a.	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	-	16.695	-	16.695	16.695
Prédios	2,50%	56.819	(1.017)	55.802	55.696
Máquinas e equipamentos	5,00% - 6,67%	31.819	(2.190)	29.629	28.694
Móveis e utensílios	8,33%	2.344	(243)	2.101	2.207
Computadores e periféricos	33,33%	194	(26)	168	150
Veículos	20,00%	245	(45)	200	229
Imobilizações em andamento	-	1.124	-	1.124	603
Outros	-	4	-	4	4
Subtotal imobilizado		109.244	(3.521)	105.723	104.278
Intangível		328	(11)	317	199
Total		109.572	(3.532)	106.040	104.477

A movimentação dos ativos propriedade para investimentos, imobilizado e intangível apresentamse da seguinte forma:

	Saldo em					Saldo em
Grupos	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	Depreciações	30/06/2015
Terrenos	16.695	-	-	-	-	16.695
Prédios	55.696	512	-	611	(1.017)	55.802
Máquinas e equipamentos	28.694	3.011	(24)	138	(2.190)	29.629
Móveis e utensílios	2.207	138	(3)	2	(243)	2.101
Computadores e periféricos	150	45	(1)	-	(26)	168
Veículos	229	16	-	-	(45)	200
Imobilizações em andamento	603	1.296	(87)	(688)	-	1.124
Outros	4	-	-	-	-	4
Subtotal imobilizado	104.278	5.018	(115)	63	(3.521)	105.723
Intangível	199	9	-	120	(11)	317
Subtotal intangível	199	9	-	120	(11)	317
Propriedade para Investimento	17.164	1.324	(1.364)	(183)	(190)	16.751
Subtotal Prop. para Investimento	17.164	1.324	(1.364)	(183)	(190)	16.751
Total	121.641	6.351	(1.479)	-	(3.722)	122.791



A depreciação/amortização foi distribuída nas seguintes contas:

	30/06/2015	30/06/2014
Custo dos produtos e serviços vendidos	3.398	3.443
Despesas administrativas	114	115
Despesas com vendas	3	2
Total	3.515	3.560

Ao final do período há um total de R\$ 45, relativo a bens adquiridos através de leasing financeiro, conforme apresentamos a seguir:

Grupo	Bem	Prazo	Valor
Veículos	Veículos de Passeio	36 meses	45

NOTA 10 - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - CONSOLIDADO

				30/00	6/2015
Descrição	Refer.	Encargos	Vencimento	Circulante	Não Circulante
Banrisul S/A - ACC		USD + 6% a.a.	Jul a Nov/15	2.787	-
Acordos Bancários	a)	TR + 0,7% a.m.	mar/21	304	2.740
Arrendamento Mercantil		-	-	10	21
Banrisul - Consórcio		-	-	27	-
Badesul S/A - Reaver	b)	TJLP+6,5% a.a.	jun/16	9.339	911
Totais				12.467	3.672

				31	1/12/2014
Descrição	Refer.	Encargos	Vencimento	Circulante	Não Circulante
Banrisul S/A – ACC		USD + 6% a.a.	Jan a Mai/15	3.092	-
Acordos Bancários	a)	TR + 0,7% a.m.	mar/21	342	3.076
Arrendamento Mercantil		-	•	10	26
Banrisul - Consórcio		-	-	64	319
Badesul S/A - Reaver	b)	TJLP+6,5% a.a.	Jun/16	2.541	6.351
Limites de Crédito		-	-	111	-
Totais				6.160	9.772

Legenda:

- a) Acordo bancário realizado em 25 de março de 2011 com o Banco do Brasil S/A referente aos processos judiciais nº 017/1.03.0008.229-8 e 017/1.04.0002.561-0.
- b) A operação Badesul S/A Reaver possui garantias reais (hipoteca de imóveis) e avais dos administradores.



NOTA 11 - FORNECEDORES - CONSOLIDADO

	30/06/2015	31/12/2014
Fornecedores Nacionais	8.767	6.064
(-) AVP - Fornecedores	-	(16)
Total	8.767	6.048

Os saldos de fornecedores foram trazidos a valor presente, conforme determina a Deliberação CVM nº 564/08, através do arbitramento de uma taxa média de 0,72% ao mês para o período de 2014. Ainda segundo a referida Deliberação, a partir de 2015 a administração da Companhia suspendeu o reconhecimento do Ajuste a Valor Presente pelo fato dos fornecedores tratarem-se de operações passivas de curto prazo sobre as quais o Ajuste a Valor Presente não produz efeito relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis.

NOTA 12 - SALÁRIOS A PAGAR E PROVISÕES

	Controladora		Conso	onsolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	
Provisões de férias e 13º salário	-	-	8.232	6.133	
Salários / Pró-labore a pagar	174	174	2.149	1.935	
Rescisões a pagar	-	-	25	11	
Outras obrigações a pagar	-	-	890	862	
Total	174	174	11.296	8.941	

NOTA 13 - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Circulante - Controladora

	30/06/2015	31/12/2014
IRPJ/CSLL a recolher	4	3
FGTS a recolher	29	29
INSS a recolher	3	3
Subtotal	36	35
Parcelamento Lei 11.941/2009	146	141
Parcelamento Lei 12.996/2014	18	18
Subtotal	164	159
Total	200	194

b) Circulante - Consolidado

	30/06/2015	31/12/2014
ICMS a recolher	1.710	1.672
Impostos retidos sobre serviços	1.103	1.096



IRRF a recolher	3.710	3.723
IRPJ/CSLL a Recolher	102.097	99.149
FGTS a recolher	354	488
INSS a recolher	155.933	147.111
PIS e COFINS a recolher	35.403	34.359
Funrural a recolher	80	79
Outros Impostos a Recolher	747	659
Outras contribuições s/ folha de pagamento	1.166	1.123
Subtotal	302.303	289.459
Parcelamento Lei 11.941/2009	146	141
Parcelamento Lei 12.996/2014	1.283	1.220
ICMS – RS	32	30
ICMS - SP	617	563
ICMS – SC	1.149	1.103
FGTS	486	758
SESI/SENAI	412	393
IPTU	8	12
INSS	157	278
Subtotal	4.290	4.498
Total	306.593	293.957

c) Não Circulante - Controladora

	30/06/2015	31/12/2014
Parcelamento Lei 11.941/2009	148	213
Parcelamento Lei 12.996/2014	246	241
Total	394	454

d) Não Circulante - Consolidado

	30/06/2015	31/12/2014
Parcelamento Lei 11.941/2009 - Controladora	148	213
Parcelamento Lei 12.996/14	17.288	16.977
ICMS – RS	43	58
ICMS - SP	1.514	1.678
ICMS – SC	2.723	3.080
PIS/COFINS	239	-
FGTS	6.670	7.322
SESI/SENAI	619	786
Total	29.244	30.114

PÁGINA: 32 de 47



NOTA 14 - IMPOSTOS DIFERIDOS - CONSOLIDADO

	Circu	lante	Não Circulante		
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	
IRPJ diferido s/custo atribuído	334	334	13.136	13.830	
CSLL diferido s/custo atribuído	120	120	4.729	4.979	
Total	454	454	17.865	18.809	

NOTA 15 - PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração dos Administradores

A remuneração global anual dos administradores da Companhia, de suas controladas diretas e de sua controlada indireta foram fixadas em AGO's realizadas em 16 de abril de 2015 da seguinte forma: a) Minupar – em até R\$ 700 mil; b) Sulaves – em até R\$ 500; c) Valepar – em até R\$ 500, e; d) Minuano – em até R\$ 700 mil. No quadro abaixo, segue a apresentação da remuneração da administração, líquida de encargos (INSS e IRRF) aberto por controladora e consolidado, percebido durante 2015.

	Controladora	Consolidado
Conselho de Administração	50	50
Diretoria Executiva	6	143

b) Operações de mútuo - Consolidado

Ativo Não Circulante	30/06/2015	31/12/2014
Agostinho Carrer Partic. Ltda.	12.752	12.405
Acionistas e Outros	380	359
Total	13.132	12.764
Passivo Não Circulante	30/06/2015	31/12/2014
Serra do Roncador Part. Ltda.	27.266	28.387
Acionistas e Outros	13.221	9.622
Total	40.487	38.009

Os créditos e obrigações entre partes relacionadas não possuem prazos estipulados para recebimento e liquidação e estão condicionados à maximização do fluxo de caixa das empresas. Os juros praticados nas operações estão dentro das remunerações praticadas pelo mercado.

NOTA 16 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS - CONSOLIDADO

A Companhia, e suas controladas, são parte envolvida em processos tributários, cíveis e trabalhistas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicável, tais discussões são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a



opinião de seus assessores jurídicos. No período se apresentavam as seguintes provisões para contingências e correspondentes depósitos judiciais:

	Provisão para Contingência			Depósitos Judiciais				
Saldo em	Trabalhista	Cível	Tributária	Total	Trabalhista	Cível	Tributária	Total
31/12/2014	4.079	16.500	281	20.860	3.318	17	1	3.336
Movimentação (Adições-Baixas)	-	-	-	-	218	529	-	747
30/06/2015	4.079	16.500	281	20.860	3.536	546	1	4.083

Contingências possíveis

Na avaliação dos assessores jurídicos, os processos considerados como de perda possível na Companhia e em suas controladas totalizam R\$ 95.556 mil (R\$ 95.556 mil em 31/12/2014), distribuídos entre processos tributários, cíveis e trabalhistas.

NOTA 17 - CRÉDITO PRÊMIO DE IPI EXPORTAÇÃO - CONSOLIDADO

No ano de 2009, com a decisão do Supremo Tribunal Federal que limitou em 05 de outubro de 1990, o direito ao Crédito de incentivo fiscal setorial instituído pelo art. 1º do Decreto Lei nº 491, de 5 de março de 1969, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos procedeu ajustes em seu Ativo pela redução do valor referente ao período posterior a 1990, que estava registrado desde o exercício de 2006. Tendo por base parecer dos consultores jurídicos, entende que o registro contábil do crédito ocorrido em 2006, ajustado ao que foi limitado pelo STF, está amparado em decisão judicial definitiva nos autos da ação ordinária nº. 87.0001354-4, que não admite mais a interposição de ação rescisória. Desta forma, o saldo de R\$ 34.369 mil no Ativo Não Circulante decorre da decisão da Companhia em limitar o crédito à decisão do STF.

Considerando a necessidade de manter a segurança jurídica da Companhia e da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, a controlada optou por incluir os débitos cujas compensações foram realizadas com a utilização de crédito apurado após 05 de outubro de 1990, em dois parcelamentos: O parcelamento especial instituído pela MP 470, e o parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009 (REFIS DA CRISE 2009). Contudo em janeiro/2013 a controlada Companhia Minuano de Alimentos foi formalmente excluída deste último parcelamento por inadimplência.

A Controlada, através de seus assessores jurídicos, realizou ampla discussão em processos administrativos, inclusive com a interposição, em 29/02/2012, de Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), objetivando o direito ao crédito. Em decisão proferida no dia 27/11/2013, a turma negou provimento ao referido recurso e, consequentemente, não reconheceu o direito ao crédito à Controlada, sob o entendimento de não haver documentação comprobatória das exportações, que se traduziriam pelas notas fiscais da época. Diante da referida decisão administrativa, que se contrapôs àquela proferida na Ação Ordinária nº. 87.0001354-4, a controlada, em 12/09/2014, optou por ajuizar uma Ação Anulatória, cuja principal discussão envolve a possibilidade de comprovação das exportações através de sua escrita fiscal, bem como, por relatórios de exportação emitidos pelo Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC). A referida ação tramita na 22ª Vara Federal de Brasília sob o nº. 0064091.31.2014.4.01.3400.



NOTA 18 - PROGRAMAS DE PARCELAMENTOS FISCAIS - CONSOLIDADO

A Companhia e as suas controladas incluíram a maioria dos passivos tributários existentes em 2009, 2010 e 2013 na MP 470/2009 e nos parcelamentos advindos das Leis 11.941/2009 e 12.996/2014, bem como a quitação antecipada de alguns parcelamentos existentes com base na Lei nº 13.043/2014. Com a adesão à MP 470/2009 a controlada Companhia Minuano reconheceu a inexistência do Crédito Prêmio IPI – Exportação posterior a 05 de outubro de 1990. Por ocasião do reconhecimento integral do referido crédito, no exercício de 2006, a controlada o ofereceu à tributação pelo IRPJ e CSLL, sendo os tributos extintos por compensação, com o mesmo crédito. Tal compensação não foi reconhecida pelo Fisco sendo que os referidos débitos são objeto de cobrança. Em momento oportuno, a Controlada estará levando a discussão esse tema, visto que boa parte do valor que originou o referido débito no ano de 2006, foi reformulado mediante a decisão do STF em limitar em 05 de outubro de 1990 o direito ao Crédito Prêmio IPI – Exportação.

a) Medida Provisória nº 470/2009

A controlada, Companhia Minuano de Alimentos, formalizou em 30 de novembro de 2009, a adesão ao parcelamento de débitos fiscais previstos na Medida Provisória nº 470/2009. Este programa permitiu a liquidação de multas, juros e montantes de "principal" dos tributos, com benefícios de redução de até 100% nas multas e 90% nos juros e o restante liquidado com créditos tributários de IRPJ e CSLL decorrentes de Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL, em montante aproximado de R\$ 61 milhões. Em 30 de outubro de 2012, a Receita Federal do Brasil indicou inconsistências nos saldos de prejuízos fiscais apresentados pela controlada. Tais alegações de inconsistências foram objeto de Ação Administrativa protocolada em 29 de novembro de 2012. No quadro abaixo, segue a apresentação dos saldos decorrentes deste parcelamento à época.

MP 470/2009	
Passivo tributário objeto da MP 470/2009	61.896
(-) Reduções da MP 470/2009	(24.213)
(-) Montante utilizado do Prejuízo Fiscal	(37.683)
Total	-

Contudo, conforme assessoria jurídica da controlada indireta, há uma probabilidade possível de exclusão de valores do parcelamento no montante de R\$ 31.072 mil. O referido montante está incluso no montante de causas possíveis quantificados e apresentado na Nota Explicativa nº 16.

b) Lei nº 11.941/2009

A Companhia e sua controlada indireta formalizaram em 21 de setembro de 2009, a adesão ao parcelamento de débitos fiscais previstos na Lei nº 11.941/2009, requerendo em caráter definitivo a exclusão de parcelamentos anteriores a esta Lei, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados à época da adesão.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia e sua controlada tiveram a consolidação do saldo passível de adesão ao referido parcelamento, efetuada pela Receita Federal, entretanto a Controlada foi formalmente excluída desse parcelamento em Janeiro/2013 por inadimplência e os impactos dessa exclusão foram devidamente registrados em seu Passivo à época.



c) Lei nº 12.996/2014

Em 25 de agosto de 2014, a Companhia e sua controlada indireta aderiram, com parte de seus passivos tributários federais, ao Programa de Parcelamento oriundo da Lei nº 12.996/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº 14/2014, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados no momento da adesão.

Como consequência do referido parcelamento, a Companhia e sua controlada indireta liquidaram valores correspondentes a multas de mora, de ofício e isoladas e a juros de mora, remanescentes após as reduções legais, com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social, contudo a validação destas liquidações por parte da Receita Federal do Brasil – RFB e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, ocorrerá no momento da consolidação da dívida. Para fins de adesão ao referido parcelamento, as Empresas efetuaram o recolhimento mensal da antecipação com base nos percentuais determinados pelos referidos normativos, sendo estas acrescidas de juros correspondentes à variação mensal da taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

Apresentamos no quadro abaixo o resumo da adesão ao parcelamento:

Descrição	Controladora	Controlada	Consolidado
Passivo tributário parcelado	497	76.297	76.794
(-) Reduções da Lei 12.996/2014	(138)	(23.310)	(23.448)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(91)	(25.087)	(25.178)
(=) Total líquido do passivo tributário aderido	268	27.900	28.168

d) Lei nº 13.043/2014

Em novembro/2014, a Companhia e sua controlada indireta aderiram a quitação antecipada de parcelamentos previdenciários conforme previsto no art. 33 da MP 651/2014, convertida na Lei nº 13.043/2014.

Com esta adesão, as empresas quitaram antecipadamente alguns parcelamentos previdenciários através do pagamento de 30% do saldo existente na data da adesão, bem como com a utilização de Prejuízos Fiscais e Base Negativa de CSLL para quitação do saldo remanescente, após o referido pagamento, na mesma data, conforme resumo a seguir:

Descrição	Controladora	Controlada	Consolidado
Passivo tributário parcelado	152	507	659
(-) Pagamentos da Lei 13.043/2014	(46)	(152)	(198)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(106)	(355)	(461)
(=) Total	-	-	-



NOTA 19 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia ao final do período é de R\$ 120.108 mil representado por 710.010 mil (setecentos e dez milhões, e dez mil) ações ordinárias.

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Em virtude da adoção integral das normas internacionais de contabilidade, adaptadas através dos CPC's aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Companhia possui registrado em seu Patrimônio Líquido, saldo decorrente de avaliação reflexa ocorrida nas propriedades para investimento e no imobilizado a custo atribuído de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

c) Reserva Legal

Quando aplicável, será constituída Reserva Legal à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social.

d) Dividendos

Quando aplicável e de acordo com o Estatuto da Companhia, os acionistas têm o direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado consoante o disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

e) Outros resultados abrangentes

Estes valores estão diretamente vinculados à variação percentual da participação da Companhia em suas controladas.

NOTA 20 - COBERTURA DE SEGUROS - CONSOLIDADO

A Companhia, e suas controladas, têm por política a contratação de seguros para cobertura dos bens sujeitos a riscos. A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos considera que os valores segurados são suficientes para cobrir eventuais sinistros, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	30/06/2015	31/12/2014
Incêndio, Raio e Explosão	42.900	39.601
Tumultos, Greves e Lock-Out	3.000	3.000
Vendaval e Granizo	7.800	8.100
Desmoronamento, Danos Elétricos e Queda de Aeronaves	6.780	6.800
Alagamentos e Inundação	1.160	1.200
Lucros Cessantes	18.465	6.000
Estoques	1.000	1.000

No que se refere à cobertura de estoques, a mesma prevê como critério de indenização para mercadorias e matéria prima o valor de venda ou de produção, limitado ao que for menor.



NOTA 21 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS

A administração desses instrumentos é efetuada, pela controlada indireta, por meio de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da companhia, se limita a:

- a) Risco de Crédito: É representado pela inadimplência nas suas contas a receber de clientes, que é bastante reduzido devido ao fato da Companhia possuir políticas de análise e revisão periódica de cadastro para liberação de crédito. Em caso de inadimplemento a Companhia possui políticas de cobrança de clientes;
- **b)** Risco de Preço: Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados e dos insumos usados no processo produtivo, e se essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos. A Companhia e suas controladas, para minimizarem estes riscos, acompanham permanentemente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar-se ao movimento de preços;
- c) Risco de Taxas de Câmbio: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é considerado mediano, pois aproximadamente 23% das vendas são decorrentes de vendas para o mercado externo. Mesmo havendo estes riscos, a Companhia, e suas controladas, não operam com a proteção (hedge) de suas operações que estejam atreladas a dólar, por compreender que se trata de risco administrável;
- **d) Risco de Taxas de Juros**: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. Em relação a este risco, é mantido acompanhamento permanente do mercado. A Companhia e suas controladas não atuam no mercado de derivativos financeiros, bem como não possuem instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em suas demonstrações.

NOTA 22 - CUSTO E DESPESAS POR NATUREZA - CONSOLIDADO

		30/06/2015	
	Custo dos Produtos Vendidos	Despesas com Vendas	Despesas Administrativas
Matérias primas e Auxiliares de fabricação	13.597	-	-
Materiais de embalagem	2.999	-	-
Salários incorridos	21.627	336	1.418
Encargos sociais incorridos	5.319	69	279
Férias e 13º salário incorridos	4.438	66	215
Benefícios a empregados	5.184	54	186



Indenizações trabalhistas/Acordos judiciais	704	-	72
Equipamento de proteção individual	720	-	-
Serviços 3º/ Industrialização 3º	4.934	236	744
Manutenção Industrial/Predial/Elétrica	2.639	16	16
Energia elétrica	6.641	-	32
Materiais de limpeza	153	-	11
Telefonia e transmissão de dados	46	31	36
Combustíveis e lubrificantes	1.150	53	9
Comissões sobre vendas	-	151	-
Viagens e estadias	14	14	32
Taxas e encargos legais	155	1	34
Armazenagem e movimentação de mercadorias	-	19	-
Fretes rodoviários e marítimos	86	1.487	3
Custos aduaneiros de exportação	1	704	-
Publicidade e propaganda	-	327	94
Análises laboratoriais	294	5	-
Provisões para contingencias/PCLD	-	89	-
Depreciações	3.398	3	114
Locações/Aluguéis	459	-	10
Abatimentos concedidos sobre vendas	3	142	-
Seguros	264	5	44
Outros gastos	357	449	297
Total	75.182	4.257	3.646

	30/06/2014		
	Custo dos Produtos Vendidos	Despesas com Vendas	Despesas Administrativas
Matérias primas e Auxiliares de fabricação	21.366	_	_
Materiais de embalagem	3.239	-	-
Salários incorridos	19.286	292	1.278
Encargos sociais incorridos	4.835	73	369
Férias e 13º salário incorrido	4.526	87	232
Benefícios a empregados	4.536	43	116
Indenizações trabalhistas/Acordos judiciais	559	-	-
Equipamento de proteção individual	564	-	-
Serviços 3º/ Industrialização 3º	3.645	368	690
Manutenção Industrial/Predial/Elétrica	2.172	13	17
Energia elétrica	3.964	-	27
Materiais de limpeza	152	-	9
Telefonia e transmissão de dados	53	53	41
Combustíveis e lubrificantes	1.017	46	14
Comissões sobre vendas	-	174	_
Viagens e estadias	19	12	38
Taxas e encargos legais	96	12	34
Armazenagem e movimentação de mercadorias	8	158	-
Fretes rodoviários e marítimos	207	2.499	10
Custos aduaneiros de exportação		1.027	
Publicidade e propaganda	4	136	112



Análises laboratoriais	312	-	-
Provisões para contingencias/PCLD	-	301	-
Depreciações	3.443	2	115
Locações/Aluguéis	362	-	10
Abatimentos concedidos sobre vendas	1	48	-
Seguros	265	-	43
Outros gastos	208	18	552
Total	74.839	5.362	3.707

NOTA 23 - OUTRAS RECEITAS / OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS - CONSOLIDADO

	30/06/2015	30/06/2014
Encargos incorridos em passivos fiscais	(3.812)	(2.681)
Despesas gerais incorridas	(1.849)	(944)
Custo de imobilizado vendido/baixado	(28)	(74)
Provisão para Contingências	-	(1.000)
Reversão de Créditos Tributários	(54)	(101)
Encargos Parcelamento FGTS	(36)	(269)
Outras Despesas Operacionais	(5.779)	(5.069)
Créditos tributários	2.558	1.258
Receitas gerais auferidas	260	3.019
Receita de venda de imobilizado	56	258
Recuperação de Despesa	1	65
Outras Receitas Operacionais	2.875	4.600
Resultado líquido	(2.904)	(469)

NOTA 24 - RESULTADO FINANCEIRO - CONSOLIDADO

	30/06/2015	30/06/2014
Variações cambiais ativas	209	-
Descontos financeiros obtidos	47	168
Juros ativos sobre impostos	793	317
Juros incidentes sobre operações com partes relacionadas	177	-
Outras receitas financeiras	185	1.385
Receitas financeiras	1.411	1.870
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.579)	(1.123)
Juros sobre compra a prazo de fornecedores	(82)	(552)
Variações cambiais passivas	-	(397)
Variações monetárias passivas de parcelamentos fiscais	(10)	(9.550)
Descontos financeiros concedidos	(92)	(450)
Deságios na transferência de créditos tributários	-	(4)



Resultado financeiro líquido	(14.687)	(26.490)
Despesas Financeiras	(16.098)	(28.360)
Outras despesas financeiras	(332)	(218)
Despesas decorrentes de operações financeiras	(379)	(725)
Despesas decorrentes de parcelamentos fiscais	(6.915)	(11.221)
Juros incidentes sobre operações com partes relacionadas	(6.709)	(4.120)

NOTA 25 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

A companhia, através de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, atua em dois segmentos distintos, a saber:

- **a)** Industrializados: Estão apresentados neste segmento, os resultados da industrialização e comercialização de industrializados de carne;
- **b)** Frigorífico Abate e Processamento de Aves: Neste segmento são apresentados os resultados decorrentes das atividades frigoríficas resultantes do abate e desossa de aves.

No quadro abaixo, são apresentados os resultados consolidados por segmento de atuação:

					PARTICIPA	######################################		
	Industrializados	ılizados	Frigorífico	Frigorífico - Abate e Processamento de Aves	Corpo (Centro Adn	Corporativo (Centro Administrativo)	Total	tal
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	35.865	32.171	68.340	65.347	٠	٠	104.205	97.518
Impostos e devoluções	(5.655)	(4.516)	(1.268)	(1.608)			(6.923)	(6.124)
RECEITA LÍQUIDA	30.210	27.655	67.072	63.739	•	•	97.282	91.394
(-) Custo dos produtos e serviços vendidos	(21.556)	(21.811)	(53.626)	(53.028)			(75.182)	(74.839)
LUCRO BRUTO	8.654	5.844	13.446	10.711	•	•	22.100	16.555
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS								
Despesas administrativas	٠	•	•	•	(3.646)	(3.707)	(3.646)	(3.707)
Despesas com vendas	(3.730)	(3.869)	(527)	(1.493)			(4.257)	(5.362)
Outras Receitas Operacionais	r	٠	•	٠	2.875	4.600	2.875	4.600
Outras Despesas Operacionais	r	٠	•	•	(5.779)	(5.069)	(5.779)	(2.069)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	4.924	1.975	12.919	9.218	(6.550)	(4.176)	11.293	7.017
Despesas financeiras	٠	٠	•	•	(16.098)	(28.360)	(16.098)	(28.360)
Receitas financeiras	T	•	•	٠	1.411	1.870	1.411	1.870
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	4.924	1.975	12.919	9.218	(21.237)	(30.666)	(3.394)	(19.473)
CSLL e IRPJ correntes	ı	٠	٠	٠	(47)	٠	(47)	•
CSLL e IRPJ diferidos	·		•	•				
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4.924	1.975	12.919	9.218	(21.284)	(30.666)	(3.441)	(19.473)
Atribuído a Acionistas não Controladores							(3)	(20)
Atribuído a Acionistas Controladores							(3.438)	(19.453)



NOTA 26 - RESULTADO POR AÇÃO - CONSOLIDADO

Em atendimento a Deliberação CVM n^{o} 636/10 – Resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação, em milhares de reais, acumulado no período.

A integralidade das ações da Companhia é composta por ações ordinárias, não existindo diferenciação na participação das mesmas no resultado. Da mesma forma, a Companhia não possui quaisquer outros títulos que potencialmente possam ser convertidos em ações tais como debêntures, partes beneficiárias de lucros entre outros, tampouco possui ações em tesouraria, desta forma apresenta o mesmo valor do resultado básico e diluído por ação.

Quantidade de Ações em 30/06/2015	710.010
Resultado do exercício	(3.441)
Resultado por ação básico e diluído	(0,00484)

NOTA 27 - Eventos Subsequentes

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de julho de 2015, os acionistas não aprovaram a proposta do Conselho de administração que tratava sobre o grupamento da totalidade das ações da Companhia, sendo que tal decisão foi devidamente informada, na mesma data da referida Assembleia, à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como à BM&FBovespa e também ao respectivo escriturador das ações. Desta forma a quantidade de ações da Companhia, em negociação, permanece inalterada.

Conselho de Administração: Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger Presidente

Antonio Carlos Rago Cano Vice-Presidente
Chao En Ming Conselheiro
Cynthia Christina da Silva Vello Conselheira
Welinton dos Reis Balderrama Conselheiro

Diretoria Executiva: Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger Diretor Presidente

Marcos Antônio Costa de Almeida Diretor de Relações com Investidores

CRC/RS 068539/0-0

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Αo

Conselho e Acionistas da

Minupar Participações S.A.

Lajeado - RS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A. "Companhia", contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado para o período de seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 3.1.2, as informações contábeis intermediárias individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A., essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

No ano de 2009, com a decisão do Supremo Tribunal Federal limitando em 05 de outubro de 1990, o direito ao Crédito de incentivo fiscal setorial instituído pelo art. 1º do Decreto Lei nº 491, de 05 de março de 1969, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos procedeu ajustes em seu Ativo pela redução do valor referente ao período posterior a 1990, que estava registrado desde o exercício de 2006 (nota 17). O saldo de R\$ 34.369 mil no Ativo Não Circulante decorre da decisão da Companhia limitar o crédito à decisão do STF.

Considerando a necessidade de manter segurança jurídica da Companhia e da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, a controlada optou por incluir os débitos cujas compensações foram realizadas com créditos apurados posteriores a 1990 nos parcelamentos instituídos pela MP 470 e pela Lei nº 11.941/2009 (REFIS DA CRISE 2009). Em janeiro/2013 a controlada Companhia Minuano de Alimentos, foi formalmente excluída deste último parcelamento por inadimplência.

A Controlada, através de seus assessores jurídicos, realizou ampla discussão em processos administrativos, inclusive com a interposição, em 29/02/2012, de Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), objetivando o direito ao crédito. Em decisão proferida no dia 27/11/2013, a turma negou provimento ao referido recurso. Diante da referida decisão administrativa, que se contrapôs àquela proferida na Ação Ordinária nº 87.0001354-4, a controlada, em 12/09/2014, optou por ajuizar uma Ação Anulatória, cuja principal discussão envolve a possibilidade de comprovação das exportações através de sua escrita fiscal, bem como, por relatórios de exportação emitidos pelo Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC). A referida ação tramita na 22ª Vara Federal de Brasília sob nº 0064091.31.2014.4.01.3400.

Como consequência do assunto acima mencionado, as informações contábeis intermediárias foram elaboradas no pressuposto da manutenção do direito obtido judicialmente, e não contemplam quaisquer ajustes relativos à realização e classificação de valores de ativos ou passivos que possam ser requeridos em decorrência das decisões judiciais que venham a decorrer por ocasião da conclusão da referida Ação Anulatória. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

A Companhia e sua controlada indireta optaram em incluir parte do passivo tributário nos Parcelamentos previstos na Medida Provisória 470/2009 e na Lei nº 12.996/2014, bem como quitar de forma antecipada parcelamentos tributários correntes com os benefícios previstos na Lei nº 13.043/2014, sendo que a mensuração dos valores definitivos incluídos nos parcelamentos e na referida quitação antecipada encontram-se pendentes de realização por parte dos órgãos fiscalizadores. Assim sendo, as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas não incluem quaisquer ajustes que porventura venham a ser requeridos por ocasião da consolidação definitiva dos referidos débitos fiscais. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30/06/2015 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas, o que dependerá substancialmente, dos constantes esforços na reversão de prejuízos, na geração de caixa, na manutenção dos parcelamentos previstos na Medida Provisória 470/2009 e na Lei nº 12.996/2014, e o gerenciamento dos passivos tributários não parcelados. As informações contábeis intermediárias não incluem quaisquer ajustes para a realização dos ativos ou cumprimento de obrigações adicionais que poderiam ser requeridos na impossibilidade da Companhia ou de suas controladas continuarem operando. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Porto Alegre (RS), 07 de agosto de 2015

MICHELON & PUERARI AUDITORES E CONSULTORES SS

CRC-RS nº 4.626

Vicente Michelon

CRC/RS 052365/O-8

Sócio Responsável

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2015

Para fins do disposto no inciso VI do artigo 25 Instrução da CVM nº 480/09, os Diretores da MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A, abaixo assinados, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período findo em 30 de junho de 2015.

Lajeado, 31 de julho de 2015.

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A.

Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger

Diretor Presidente

CPF: 018.019.450-04

Marcos Antônio Costa de Almeida

Diretor de Relações com Investidores

CPF: 785.283.990-87

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DE 30 DE JUNHO DE 2015

Para fins do disposto no inciso V do artigo 25 Instrução da CVM nº 480/09, os Diretores da MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A, abaixo assinados, declaram que revisaram, iscutiram e concordam com as conclusões expressas no relatório dos Auditores Independentes emitido pela Michelon & Puerari Auditores e Consultores S/S, relativo às demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período findo em 30 de junho de 2015.

Lajeado, 07 de agosto de 2015.

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A.

Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger

Diretor Presidente

CPF: 018.019.450-04

Marcos Antônio Costa de Almeida

Diretor de Relações com Investidores

CPF: 785.283.990-87